

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS-ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: DOUTORADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa:

Politeia - Coprodução do bem público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade

**ACCOUNTABILITY E GESTÃO DE CUSTOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO
ORÇAMENTÁRIA PARA ALUNOS SURDOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS**

06044757994

Florianópolis 2025

PROPOSTA DE PESQUISA: Accountability e gestão de custos na educação inclusiva: Desenvolvimento de uma metodologia de distribuição orçamentária para alunos surdos em instituições federais

1- INTRODUÇÃO:

A educação pública brasileira vem passando por transformações significativas, exigidas por mudanças culturais, tecnológicas e sociais que impactam diretamente a forma como os serviços públicos devem ser concebidos e geridos. Nesse cenário dinâmico, a nova governança pública surge como uma abordagem essencial para o aprimoramento da gestão estatal. Segundo Cavalcante (2024), essa perspectiva pode favorecer a construção de um governo mais ágil, transparente e sensível às demandas dos cidadãos, promovendo o uso eficaz dos recursos públicos e assegurando a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Dessa forma, a administração pública contemporânea enfrenta desafios constantes para se tornar mais eficiente, transparente e voltada para resultados.

Diante desse contexto, é importante reavaliar os modelos tradicionais de alocação de recursos, especialmente em áreas sensíveis como a educação inclusiva. Segundo Lima, Mota e Leal (2019), as políticas públicas são formadas por um conjunto de programas, ações e decisões implementadas pelo governo para garantir direitos tanto à sociedade em geral quanto a grupos específicos. No caso dos alunos surdos, é fundamental uma análise diferenciada em relação aos demais estudantes, a fim de evitar que as políticas se tornem ineficazes ou injustas.

Um exemplo concreto dessa necessidade pode ser observado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), por meio de seu Câmpus Palhoça Bilíngue, que adota uma proposta pedagógica voltada para a comunidade surda. A instituição trabalha com uma abordagem bilíngue, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português como segunda. O campus oferece cursos de ensino médio, técnico, superior e pós-graduação, incluindo turmas híbridas compostas por alunos surdos e ouvintes, bem como turmas exclusivamente de alunos surdos. Portanto, essa estrutura exige adaptações específicas, como profissionais bilíngues, intérpretes de Libras, tradutores, materiais pedagógicos acessíveis e outros recursos. Essas necessidades impactam diretamente a composição dos custos institucionais e demandam modelos de distribuição orçamentária que levem em consideração essas especificidades.

Apesar das demandas específicas de instituições voltadas à inclusão, como o IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, o planejamento orçamentário nas entidades públicas segue padrões uniformes, que nem sempre consideram essas particularidades. Nesse sentido, Valle (2018) aponta que a dissociação entre o planejamento orçamentário e as políticas públicas no Brasil resulta em descontinuidade e ineficiência nas ações governamentais. Azevedo e Cunha (2009), por sua vez, ressaltam que a gestão escolar deve promover um diálogo contínuo, integrando saberes diversos e proporcionando experiências significativas para o desenvolvimento integral dos indivíduos, destacando a importância de ações coletivas na implementação das práticas inclusivas. Dessa forma, existe uma lacuna gerencial significativa entre o discurso da inclusão e a prática orçamentária.

Diante dessa lacuna, a discussão sobre equidade na gestão dos recursos públicos torna-se ainda mais relevante, principalmente quando se observa que os modelos padronizados de distribuição orçamentária não contemplam adequadamente a diversidade dos perfis educacionais. Lima, Mota e Leal (2019) destacam que a equidade na gestão pública envolve a necessidade de personalização das políticas educacionais, considerando as especificidades de cada contexto, para evitar que a padronização das práticas governamentais perpetue desigualdades educacionais.

A ausência de metodologias que incorporem os custos reais da inclusão educacional pode comprometer a efetividade das políticas públicas. Neves et al. (2020) destacam que a gestão pública deve implementar práticas inovadoras para enfrentar limitações e atender aos interesses da população, o que inclui a necessidade de ferramentas de planejamento sensíveis às desigualdades estruturais.

Para que a gestão pública avance na busca por equidade e eficiência, é fundamental adotar princípios que reforcem a transparência e a efetividade das políticas implementadas. Nesse contexto, o princípio da accountability torna-se central. Schommer et al. (2012) ampliam essa perspectiva, enfatizando que a accountability deve ser entendida não apenas como um mecanismo de controle, mas também como uma prática gerencial orientada à transparência e à corresponsabilização na coprodução do bem público. Quando aplicada à gestão educacional, a accountability exige instrumentos capazes de demonstrar, com base em evidências, o impacto dos recursos aplicados.

A inovação na gestão pública requer, ainda, que se incorporem mecanismos de coprodução do bem público. Ostrom (1996) foi uma das precursoras desse conceito, ao afirmar que a qualidade dos serviços públicos depende da articulação entre governo e sociedade na sua construção e execução. Klumb e Hoffmann (2016) descrevem a inovação

no serviço público como um fenômeno multifacetado que envolve a criação e implementação de novidades em processos, produtos, serviços e métodos de entrega, buscando melhorias significativas. Nesse sentido, Menezes et al. (2022) ressaltam que a governança orçamentária demanda inovações institucionais e normativas no planejamento e execução do orçamento nas diversas esferas governamentais, além de colaboração entre atores internos e externos à administração pública. No campo da educação inclusiva, a coprodução se expressa na atuação integrada de gestores, docentes, intérpretes, comunidade escolar e os próprios estudantes surdos.

Neste contexto, a proposta deste projeto de doutorado profissional é desenvolver uma metodologia de distribuição orçamentária baseada no custo real do aluno surdo, considerando as particularidades da educação bilíngue e os princípios da accountability. A metodologia será aplicada inicialmente no IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, com vistas à sua replicação em outras instituições federais.

A questão-problema que orienta esta investigação é: como desenvolver uma metodologia de distribuição orçamentária que incorpore os custos específicos da educação bilíngue para alunos surdos, promovendo a accountability na gestão pública educacional? A hipótese central é que um modelo metodológico baseado no custo real da inclusão pode aprimorar a justiça distributiva, a transparência na gestão e a efetividade das políticas públicas inclusivas.

O objetivo geral deste projeto é desenvolver uma metodologia de distribuição orçamentária sensível ao custo real da educação bilíngue para alunos surdos, com foco na accountability e na eficiência gerencial. Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Mapear os principais componentes de custo da educação bilíngue para alunos surdos no IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue; b) Analisar o modelo atual de distribuição orçamentária e suas limitações frente à inclusão educacional; c) Desenvolver uma proposta metodológica de alocação orçamentária baseada no custo real por aluno surdo; d) Validar a metodologia proposta com gestores e especialistas; e) propor diretrizes de implementação e replicação da metodologia em outras instituições federais.

A relevância teórica da pesquisa está na articulação entre os campos da contabilidade gerencial, administração pública e inclusão educacional. Costa (2018) já demonstrou a pertinência de estudos voltados ao custeio da educação bilíngue, mas ainda há lacunas metodológicas no que se refere à integração entre esses campos. Nesse contexto, Abreu e Raupp (2017) enfatizam que a implementação de modelos de gestão

escolar baseados em evidências pode resultar em um aprimoramento na qualidade do ensino, alinhando a administração pública às demandas de equidade e eficiência. Assim, do ponto de vista prático, espera-se que esta pesquisa contribua para o aprimoramento da gestão orçamentária no IFSC e sirva de modelo para outras instituições.

Este projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Politeia – Coprodução do Bem Público, Accountability, Inovação e Sustentabilidade, pois compartilha o compromisso com a transparência na gestão pública, a inovação em políticas inclusivas e a justiça social. A pesquisa dialoga diretamente com as linhas de estudo do grupo ao propor uma metodologia de distribuição orçamentária que promova a equidade e a eficiência na alocação de recursos para a educação bilíngue de alunos surdos.

Por fim, a motivação pessoal da pesquisadora está ancorada em sua trajetória profissional no IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue e em seu compromisso com a inclusão educacional. A vivência diária na gestão e na prática pedagógica em um ambiente bilíngue despertou reflexões sobre a equidade na alocação de recursos para a educação inclusiva, fortalecendo sua determinação em contribuir com soluções concretas e fundamentadas. Nesse contexto, o doutorado profissional representa uma oportunidade para aprofundar o conhecimento científico e analisar, na prática, a metodologia adotada na distribuição de recursos, identificando possíveis aprimoramentos diante das especificidades do aluno surdo e reforçando o compromisso com a construção de um serviço público mais inclusivo e justo.

2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

A presente proposta de pesquisa fundamenta-se em um conjunto de teorias e conceitos que articulam a gestão pública, os estudos de custos educacionais, a educação inclusiva bilíngue para alunos surdos e os princípios da accountability e da coprodução do bem público. A interseção desses campos não apenas sustenta a fundamentação teórica do estudo, mas também orienta a construção de uma metodologia de distribuição orçamentária mais equitativa, transparente e alinhada às demandas da inclusão educacional.

A discussão sobre gestão de custos em instituições públicas de ensino encontra respaldo na literatura da contabilidade gerencial e pode ser realizada por meio de diferentes métodos de custeio, sendo o custeio por absorção e o custeio baseado em atividades (ABC) duas abordagens amplamente utilizadas. Ambas visam alocar de forma

eficaz os custos, mas adotam princípios diferentes, o que diretamente impacta no modo como os custos são distribuídos e analisados.

O custeio por absorção, conforme Martins (2008), é um método tradicional que atribui todos os custos de produção, tanto diretos quanto indiretos, aos bens ou serviços, utilizando critérios de rateio. Para Raupp (2011), o custeio por absorção é uma opção menos dispendiosa e considera critérios de alocação mais descomplicados. No entanto, sua principal limitação está na arbitrariedade dos critérios de rateio, o que pode gerar distorções, já que a alocação dos custos indiretos nem sempre reflete com precisão a real utilização dos recursos pelos diferentes objetos de custeio (Maher, 2001).

Slomski (2006) argumenta que o Custeio Baseado em Atividades (ABC) pode ser facilmente aplicado ao setor público, uma vez que a definição de atividades já é uma prática comum na administração governamental. No entanto, o autor destaca que, apesar dessa familiaridade, existem diferenças entre as atividades utilizadas no orçamento-programa e aquelas adotadas no ABC.

Diante das características e limitações dos métodos de custeio apresentados, a definição da abordagem mais adequada para o gerenciamento dos gastos públicos no IFSC será realizada de forma individualizada. Para isso, será necessário um levantamento detalhado de todos os dados pertinentes, permitindo uma análise criteriosa que leve em consideração a especificidade das atividades, a alocação dos custos e a transparência na gestão dos recursos. Esse processo busca garantir que a metodologia adotada reflita com precisão os custos reais da educação bilíngue para surdos, promovendo uma distribuição orçamentária mais justa e alinhada aos princípios da equidade e accountability na gestão pública educacional.

Quando essa perspectiva é aplicada ao setor educacional, especialmente no contexto da inclusão, torna-se ainda mais evidente a necessidade de considerar os custos específicos que extrapolam o modelo tradicional de custeio por aluno. Isso inclui adaptações, materiais acessíveis e recursos especializados indispensáveis para garantir uma educação de qualidade aos alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, a escolha do método de custeio deve refletir não apenas a eficiência na alocação dos recursos, mas também o compromisso com a equidade e a acessibilidade no ensino.

No contexto da educação inclusiva bilíngue para surdos, o financiamento educacional deve levar em conta fatores como professores especializados, intérpretes de Libras, materiais didáticos adaptados e infraestrutura acessível. Fernandes e Moreira (2014) destacam que a inclusão efetiva dos alunos surdos exige não apenas o acesso à

Libras como primeira língua, mas também investimentos em formação docente e infraestrutura adequada para o ensino bilíngue.

A literatura nacional tem avançado no debate sobre a educação bilíngue, embora de forma ainda tímida no que se refere aos custos desse financiamento educacional. Trabalhos como os de Silva (2008) e Bär (2019) marcam um importante reconhecimento das particularidades da formação de alunos surdos e da educação bilíngue como elemento central da política de inclusão. No entanto, estudos sobre os custos na educação pública são escassos, como o de Costa (2018), que revelou que o modelo tradicional de custeio não consegue capturar a complexidade da formação de alunos surdos, especialmente em instituições como o IFSC Palhoça Bilíngue. Essa lacuna evidencia a necessidade de desenvolver metodologias de distribuição orçamentária mais adequadas às realidades específicas da educação bilíngue para surdos, considerando as particularidades do atendimento a esses alunos, a fim de garantir a efetividade das políticas públicas de inclusão educacional.

A compreensão dos desafios atuais da educação bilíngue passa também por uma análise histórica sobre sua institucionalização. Bär (2019), por sua vez ao analisar a história da educação bilíngue no Brasil com foco nos currículos de cursos de pedagogia bilíngue antes da institucionalização legal da modalidade, evidencia a ausência de políticas estruturadas e a resistência institucional à inclusão da Libras como língua de instrução. Essa trajetória histórica demonstra o quanto o reconhecimento da educação bilíngue como modalidade oficial representa um avanço social significativo, mas também um desafio gerencial e financeiro para sua efetiva implementação.

No Brasil, o marco legal da educação bilíngue tem como base a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão (BRASIL, 2002). Essa legislação foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabeleceu diretrizes para o uso da Libras em contextos educacionais e institucionais (BRASIL, 2005). Mais recentemente, a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, institui a educação bilíngue de surdos como uma modalidade própria de ensino, reforçando o direito de acesso a práticas pedagógicas baseadas na Libras como primeira língua e no português como segunda língua (BRASIL, 2021).

A partir do que está previsto no arcabouço legal e normativo, é possível entender que a gestão pública precisa se adaptar para garantir as condições reais de funcionamento da educação bilíngue. Nesse contexto, é importante destacar que a Lei nº 14.191/2021

estabelece que a educação bilíngue de surdos deve ocorrer em escolas e classes bilíngues, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino. Para isso, é necessário garantir um ambiente linguístico que possibilite a aquisição da Libras como primeira língua e o desenvolvimento da língua portuguesa na modalidade escrita. (BRASIL, 2021). Essa determinação reforça que a educação bilíngue não se resume à tradução de conteúdos, mas constitui uma modalidade específica que demanda ambientes adequados, metodologias próprias e formação especializada.

Nesse contexto, a gestão pública deve promover adaptações pedagógicas e estruturais para assegurar a efetividade da educação bilíngue de surdos. Todas essas demandas impactam diretamente o custo por aluno, uma vez que exigem investimentos significativos em infraestrutura, tecnologia assistiva e pessoal especializado. Por isso, pensar o custeio por aluno nessa realidade requer sensibilidade para captar esses elementos e refletir, de forma mais justa, os gastos reais da instituição e embasar políticas de alocação de recursos mais equitativas.

No campo da administração pública, a accountability de destaca como um dos pilares fundamentais para uma gestão mais transparente e responsável. Bovens (2007) define accountability como a obrigação das instituições públicas de prestar contas com base em evidências claras e acessíveis sobre o uso dos recursos. Para o autor, trata-se de uma relação que envolve responsabilização e transparência, fundamentais para que os gestores públicos respondam por suas decisões. Schommer e Quiñonez (2024) destacam que a accountability e a equidade precisam levar em conta as assimetrias estruturais, além de valores e características dos indivíduos em seus contextos específicos. Nesse sentido, construir mecanismos de gestão que permitam identificar e apresentar os custos reais da inclusão educacional é também uma forma concreta de promover a responsabilização e o uso ético do orçamento público.

De acordo com Menezes et al. (2022), a alocação de recursos em uma economia comprometida com o bem-estar da população deve ser ampla e responsiva. Nesse contexto, a governança e a accountability assumem um papel central no debate sobre a dimensão sociopolítica do orçamento público. Nesse sentido, a ideia de accountability se entrelaça com a proposta de desenvolvimento de uma metodologia de distribuição orçamentária baseada no custo real do aluno surdo. Tal metodologia, ao tornar visível a alocação diferenciada de recursos conforme a necessidade dos estudantes, fortalece a legitimidade institucional e promove justiça distributiva. Esse princípio também dialoga com as proposições de Correio, Raupp e Metzner (2024), que destacam a importância de

critérios bem definidos na alocação orçamentária, alinhados aos objetivos, metas e prioridades institucionais.

Outro eixo teórico relevante para esta proposta é a coprodução do bem público. Souza (2023) discute essa abordagem no contexto dos serviços educacionais públicos, apontando que as organizações públicas devem compreender que a coprodução no ensino público viabiliza um espaço de diálogo, no qual a participação da comunidade escolar se torna essencial para a gestão educacional e que esse processo pressupõe a descentralização das tomadas de decisão. A coprodução, no caso da educação bilíngue, envolve a participação ativa de professores, intérpretes, estudantes surdos, familiares e comunidades, o que demanda mecanismos de planejamento colaborativo e gestão compartilhada.

Costa e Caldas (2024) reforçam essa concepção ao evidenciarem, em seus estudos, a importância de reconhecer a educação como um instrumento de transformação social, destacando a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar no processo de coprodução do ensino. Para isso, é fundamental que os modelos de alocação orçamentária sejam construídos de forma participativa e embasados em dados empíricos, respeitando os contextos e as necessidades das comunidades escolares.

A fundamentação teórica apresentada até aqui demonstra que a integração entre contabilidade gerencial, gestão pública inclusiva, legislação educacional, accountability e coprodução do bem público oferece uma base consistente para sustentar a metodologia proposta neste projeto. Essa articulação permite visualizar um modelo de gestão mais estratégico, capaz de produzir valor social a partir de práticas que busquem justiça, transparência e participação.

A tese que se pretende defender é que uma metodologia de distribuição orçamentária baseada no custo real da educação bilíngue para alunos surdos não é apenas possível, mas necessária para assegurar maior equidade na oferta educacional e mais efetividade na aplicação dos recursos públicos. Ao trazer para o centro do debate a realidade de um campus bilíngue como o IFSC Palhoça, a proposta pretende contribuir não apenas para o avanço científico, mas também para o aprimoramento da prática institucional, ampliando as fronteiras daquilo que se entende como boa gestão pública.

3- METODOLOGIA

A abordagem metodológica proposta para esta pesquisa está fundamentada em uma perspectiva qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com delineamento exploratório

e descritivo. Zikmund (2006, p. 426) estabelece que o método descritivo “se refere à transformação de dados brutos em uma forma que facilite sua compreensão e interpretação”. Essa escolha justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, pois leva em conta a distribuição orçamentária para alunos surdos no contexto da educação bilíngue, que requer tanto uma compreensão aprofundada dos aspectos subjetivos e organizacionais, quanto uma análise sistemática e estruturada de dados orçamentários e financeiros.

A investigação será conduzida por meio de um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Palhoça Bilíngue, considerando suas particularidades como instituição pioneira na educação bilíngue para surdos em nível federal, o que possibilita uma investigação aprofundada sobre os desafios e necessidades específicas desse público. Neves (2017) destaca que o câmpus Palhoça Bilíngue é a única instituição de ensino médio na região da Grande Florianópolis a oferecer aos estudantes surdos uma educação estruturada na perspectiva bilíngue, contemplando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa. Segundo Yin (2001), o estudo de caso permite uma investigação aprofundada de fenômenos, preservando suas características essenciais e proporcionando uma compreensão mais completa do objeto de estudo. Além disso, Gil (2002) destaca que esse tipo de pesquisa envolve o exame minucioso de um ou poucos casos, com o objetivo de obter um conhecimento detalhado e extenso sobre os mesmos.

A pesquisa será organizada em três grandes etapas: diagnóstico, desenvolvimento metodológico e validação. A primeira etapa compreenderá a revisão bibliográfica e documental, que incluirá o levantamento dos principais normativos institucionais, legislações, relatórios financeiros e registros administrativos de planejamento estratégico do IFSC. Também serão incluídos estudos anteriores sobre custeio e inclusão, como o trabalho de Costa (2018), que servirá como base para aprofundar a análise dos componentes de custo associados à educação bilíngue para surdos.

O método de custeio a ser adotado ainda precisará ser definido ao longo da pesquisa, uma vez que será necessário analisar qual tipo se adequa melhor ao contexto do Câmpus Palhoça Bilíngue. Essa escolha dependerá, também, de como ocorre a distribuição dos recursos até chegar ao câmpus, já que o objetivo é identificar os centros de custos e alocar os recursos com maior precisão nas atividades específicas voltadas para a inclusão educacional bilíngue.

A pesquisa parte do pressuposto de que a metodologia tradicional de alocação de recursos na educação pública não captura adequadamente as especificidades da educação

bilíngue para surdos, podendo resultar em subfinanciamento ou distribuição desigual dos recursos. Assim, pretende-se verificar se a aplicação de um modelo de custeio adaptado à realidade dos alunos surdos pode contribuir para uma alocação mais equitativa e eficaz dos recursos públicos. Para isso, será realizado um mapeamento detalhado dos custos diretos e indiretos envolvidos na formação do aluno surdo, levando em conta aspectos como a estrutura organizacional do IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue e os mecanismos institucionais de tomada de decisão orçamentária.

A coleta de dados primários será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores, técnicos administrativos, docentes, intérpretes e demais profissionais envolvidos na operacionalização da educação bilíngue. A escolha desse método se justifica pela possibilidade de captar percepções e experiências que não são facilmente quantificáveis, permitindo o cruzamento de informações obtidas a partir de diferentes fontes e técnicas de coleta. Conforme aponta o estudo de Oliveira, Guimarães e Ferreira (2023), as entrevistas semiestruturadas oferecem maior flexibilidade, possibilitando que o pesquisador adapte a condução da conversa e proporcione ao entrevistado mais liberdade para expressar suas percepções sobre o tema investigado.

A segunda etapa da pesquisa será dedicada ao desenvolvimento da proposta metodológica de distribuição orçamentária. Essa proposta buscará integrar variáveis quantitativas, baseadas no custeio real por aluno surdo, com elementos qualitativos que considerem as particularidades da distribuição orçamentária e seu impacto na oferta de ensino bilíngue. Conforme Gonçalves e Meirelles (2004), na pesquisa qualitativa, os dados têm um caráter interpretativo e conceitual, enquanto na abordagem quantitativa são representados por medidas numéricas, utilizando a linguagem matemática como apoio.

Na terceira etapa, será realizada a validação da metodologia proposta. Essa validação ocorrerá por meio da aplicação piloto do modelo no próprio IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, com análise comparativa dos impactos da nova metodologia sobre a distribuição dos recursos. Também serão realizados grupos focais com especialistas da área de administração pública, orçamento e educação inclusiva, buscando avaliar a aplicabilidade, viabilidade e replicabilidade da metodologia em outras instituições federais de ensino.

A análise dos dados será conduzida por meio da triangulação metodológica, integrando informações financeiras, documentais e entrevistas para validar e dar mais consistência e confiabilidade aos resultados obtidos. Conforme argumentado por Santos et al. (2020), essa abordagem permite a análise de uma mesma realidade sob diversas

perspectivas, reduzindo vieses ao confrontar informações oriundas de diferentes enfoques metodológicos.

Dessa forma, espera-se que a metodologia desenvolvida possa servir como instrumento gerencial replicável, contribuindo para o avanço da gestão pública inclusiva e fortalecendo o papel das instituições federais de ensino como agentes promotores da equidade social e da cidadania plena.

O desenvolvimento da pesquisa será distribuído de forma organizada e sistemática ao longo dos 48 meses do Doutorado, conforme cronograma abaixo:

[illegible]

ATIVIDADES - 3 ANO	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J
Encontros com o orientador	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x
Redação Capítulo I	x	x	x									
Redação Capítulo II				x	x	x						
Redação Capítulo III							x	x	x			
Aulas	x	x	x	x			x	x	x	x	x	
Elaboração da proposta metodológica e validação						x	x	x	x	x	x	x
Revisão formatação/ortografia									x	x	x	

ATIVIDADES - 4 ANO	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J
Encontros com o orientador	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x
Consolidação dos resultados	x	x	x									
Redação Capítulo I	x	x	x									
Redação Capítulo II				x	x	x						
Redação Capítulo III							x	x	x			
Revisão formatação/ortografia									x	x	x	
Revisão introdução/conclusão									x	x	x	
Pré-banca da Tese											x	
Defesa da Tese												x

5- REFERÊNCIAS

ABREU, Eliza de; RAUPP, Fabiano Maury. **Modelo de gestão aplicado às escolas do ensino fundamental I da rede pública do município de Garopaba.** *Diálogo*, Canoas, n. 35, p. 73-88, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/dialogo.v0i35.3462>. Acesso em: 29 mar. 2025.

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; CUNHA, Gracilliani Rosa da. **Gestão Escolar e Educação Inclusiva:** uma parceria necessária e emergente na escola. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 18, n. 31, p. 53, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2204>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BÄR, Eliana Cristina. **Licenciaturas em pedagogia bilíngue (Libras/português):** aspectos políticos, linguísticos e pedagógicos e as apropriações das bases teórico-conceituais da pedagogia. 2019. Tese de doutorado.(Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de

Campinas, São Paulo, 2019. Disponível em: DOI:
<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1090935>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BOVENS, Mark. **Analysing and Assessing Public Accountability: A Conceptual Framework.** *European Law Journal*, v. 13, n. 4, p. 447-468, 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAVALCANTE, Ailton Ferreira. **A Eficiência na Governança Pública e a Percepção de Valor pelos Cidadãos:** desafios, estratégias e impactos da nova governança pública no século XXI. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, p. e868-e868, 2024. Disponível em <https://journalppc.com/RPPC/article/view/868>. Acesso em 17 mar. 2025.

CORREIO, Luiza Helena Ramos; RAUPP, Fabiano Maury; METZNER, Marcio. **Distribuição orçamentária nas atividades de ensino e pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina.** *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 17, n. 50, p. 737–760, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10811180. Disponível em:
<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3449>. Acesso em: 23 mar. 2025.

COSTA, Bianca dos Santos. **Apuração do Custo por Aluno:** Um Estudo no Campus Palhoça Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina. 2018, 123 p. il. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, UDESC, Florianópolis, 2018. Disponível em:
<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00004c/00004cfa.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

COSTA, Maria Karolayne de Moura; CALDAS, Patrícia Trindade. **Além da via dupla do ensino:** os efeitos da coprodução na educação. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 18, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12712/rpca.v18i3.62071>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Cerreta. **Políticas de educação bilíngue para surdos:** o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, n. especial 2, p. 51–69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.37014>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

KLUMB, Rosangela; HOFFMANN, Micheline Gaia. **Inovação no setor público e evolução dos modelos de administração pública**: o caso do TRE-SC. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 21, n. 69, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v21n69.53902>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LIMA, Letícia Alencar; MOTA, Vanêssa de Sousa; LEAL, Willany Palhares Palhares. **Políticas públicas e gestão escolar: equidade na educação básica**. *Humanidades & Inovação*, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 189-202, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1304>. Acesso em: 08 mar. 2025.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos**: criando valor para a administração. Tradução José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. 2008. **Contabilidade de custos**. 9ª ed. São Paulo, Atlas, 370 p.

MENEZES, Elaine C. de Oliveira; RAUPP, Fabiano M.; SCHOMMER, Paula C.; BONA, Rodrigo S. de; ROCHA, Arlindo C. **Limites do orçamento público brasileiro nas dimensões econômico-financeira e sociopolítica**. *Revista do Serviço Público*, v. 73, n. 4, p. 646-672, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v73.i4.5420>. Acesso em: 29 mar. 2025.

NEVES, Bartolomeu das; LIMA, Ângela Maria Ferreira; SOUZA, André Luis Rocha de; ARAÚJO, Marcio Luis Valença. **Gestão da inovação na administração pública federal**: reflexões sobre os caminhos, as barreiras e as perspectivas. *Cadernos de Prospecção*, v. 13, n. 4, p. 1032-1046, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cp.v13i4.35146>. Acesso em: 09 mar. 2025.

NEVES, Bruna Crescêncio. **Educação Bilíngue para surdos e as implicações para o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua**. 2017. 271 f. Tese. (Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina), Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182740>. Acesso em: 1 abr. 2025.

OLIVEIRA, Silvaney de; GUIMARÃES, Orliney Maciel; FERREIRA, Jacques de Lima. **As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação**. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210–236, 2023. DOI: 10.5965/1984723824552023210. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779>. Acesso em: 1 abr. 2025.

OSTROM, Elinor. (1996). **Crossing the great divide**: coproduction, synergy and development. *World Development*, 24(6), 1073-1087. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](http://dx.doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X). Acesso em: 20 mar. 2025.

RAUPP, Fabiano Maury. **Gestão de Custos no Legislativo Municipal como Instrumento de Prestação de Contas**: Um comparativo entre o custeio absorção e o baseado em atividades. *Caderno Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 59, jul./dez. São Paulo, 2011.

Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v16n59.3701>. Acesso em: 09 mar. 2025.

SANTOS, Karine da Silva et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. *Ciencia & saude coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SCHOMMER, Paula Chies; NUNES, Jonas Tadeu; MORAES, Rubens Lima. **Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal**. Publicações da Escola da AGU: Gestão Pública Democrática, Ano IV, n. 18, p. 229-258, maio 2012. Disponível em: https://erigal.org/img_system/erigal_052012_rubens.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

SCHOMMER, Paula Chies; QUIÑONEZ, Andrés Hernández. **Accountability, equidade em serviços públicos e governo aberto no Brasil e na Colômbia**. v. 58, p. e2024-0008, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220240008>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, Simone Gonçalves. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das Políticas às Práticas Pedagógicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91989>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Dêyse Lucena Victor de et al. **A coprodução como dever de todos: um estudo nos serviços públicos educacionais**. 2023.(Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, PB, Brasil. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29408>. Acesso em: 09 mar. 2025.

VALLE, Vanice Lírío do. **Planejamento orçamentário e políticas públicas: explorando uma alternativa de reconciliação pela indução**. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 5, n. 2, p. 283-304, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/wHJYzJLNRf6qwr6vbBTrwMm>. Acesso em: 20 mar. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIKMUD, W. G. **Princípios da pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.